



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA CRISTINA SILVA DA ROCHA

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO
NA MICROEMPRESA: Um estudo de caso na empresa Ápice Da
Beleza de Itaituba/PA.**

Itaituba – PA

2026

MARIA CRISTINA SILVA DA ROCHA

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO
NA MICROEMPRESA: Um estudo de caso na empresa Ápice Da
Beleza de Itaituba/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Esp. Augusto César Amorim do
Nascimento

ROCHA, Maria Cristina Silva Da

PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA MICROEMPRESA: Um estudo de caso na empresa Ápice da beleza de Itaituba - PA. - FAI / Maria Cristina Silva Da Rocha. Itaituba: FAI, 2026.

57 f.

Orientadora: Prof. Augusto Cesar Amorim Do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2026.

1. Planejamento Financeiro 2. Microempresa I. Nascimento, Augusto Cesar Amorim do II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2026.

MARIA CRISTINA SILVA DA ROCHA

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO
NA MICROEMPRESA: Um estudo de caso na empresa Ápice Da
Beleza de Itaituba/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Augusto César Amorim do
Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof. Augusto César Amorim do Nascimento, Especialista.

Orientador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____, _____

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, ____ de julho de 2026.

Á minha mãe, que mesmo não estando presente fisicamente, permanece viva em meu coração, em cada lembrança e em tudo aquilo que sou, com todo meu amor, saudade e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e perseverança concedidas ao longo desta jornada, permitindo que eu superasse todos os desafios encontrados até aqui.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante essa caminhada, oferecendo palavras de incentivo e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis, por compartilharem seus conhecimentos e contribuírem para minha formação acadêmica e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória e contribuíram para a conclusão deste trabalho.

*Ainda que minha mente e o meu
corpo enfraqueçam, Deus é minha força,
Ele é tudo o que eu sempre preciso.*

Salmos 73:26

RESUMO

Este estudo é fundamentado na proposta de identificar como uma microempresa do ramo de revenda de cosméticos localizada em Itaituba-Pará, pode controlar suas atividades através de um planejamento financeiro. Baseado no referencial teórico, identifica-se que para a empresa se manter no mercado é necessário que a gestora obtenha dados confiáveis que possam nortear sua tomada de decisão. Entra em cena o planejamento financeiro, como uma ferramenta de gestão buscando avaliar a saúde financeira por meio da aplicação de recursos para se alcançar estratégias e metas de curto, médio e longo prazo. Compreende-se então que por meio do planejamento financeiro é possível analisar e ter uma dimensão de como os recursos estão sendo aplicados, gerando eficiência na gestão e fortalecendo a capacidade de adaptação diante das mudanças do ambiente econômico. O Planejamento surge como uma ferramenta indispensável de gestão, uma vez que, permite ao gestor organizar, controlar e projetar suas finanças. Fazendo assim bom uso dos recursos para criar uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas.

Palavras-chave: saúde financeira, gestão, microempresa, recursos, planejamento.

ABSTRACT

This study is based on the proposal to identify how a micro-company in the cosmetics resale sector located in Itaituba-Pará can control its activities through financial planning. Based on the theoretical framework, it is identified that for the company to remain in the market it is necessary for the manager to obtain reliable data that can guide its decision-making. Financial planning comes into play, as a management tool seeking to assess financial health through the application of resources to achieve short, medium and long-term strategies and goals. It is then understood that through financial planning it is possible to analyze and have a dimension of how resources are being applied, generating efficiency in management and strengthening the ability to adapt to changes in the economic environment. Planning emerges as an indispensable management tool, as it enables the manager to organize, control, and project finances, thereby making effective use of resources to create a solid foundation for strategic decision-making.

Keywords: financial health, management, microenterprise, resources, planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da Contabilidade Financeira.....	12
Quadro 2 – Anexos do Simples Nacional 2026.....	21
Quadro 3– Relação Estrutural do Balanço Patrimonial..	28
Quadro 4 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)..	30
Quadro 5 – Informações contábeis	39
Quadro 6 – Demonstrações contábeis.	40
Quadro 7 – Planejamento financeiro.....	41
Quadro 8 – Periodicidade.	42
Quadro 9 – Separação entre finanças.	43
Quadro 10 – Projeção de receitas e despesas.....	43
Quadro 11 – Controle de capital de giro.	44
Quadro 12 – Endividamento excessivo.	45
Quadro 13 – Importância do planejamento financeiro.....	45
Quadro 14 – Decisões de investimentos.	46
Quadro 15 – Contador com enfoque gerencial.....	47
Quadro 16 – Sugestão de planejamento financeiro.	48

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstrativo em Planilha do Fluxo de Caixa (FC)	26
Figura 2 – Demonstrativo em Planilha do Fluxo de Caixa (FC)	26
Figura 3 – Organização da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)	30
Figura 4 – Logo Marca Digital da Empresa. Fonte: Marca Pessoal da Proprietária. .	35
Figura 5 – Alguns principais produtos de revenda pela empresa Ápice da Beleza..	36

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Informações contábeis.....	39
---------------------------------------	----

LISTAS DE SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CPV – Custo dos Produtos Vendidos

CMV – Custo das Mercadorias Vendidas

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CSP – Custo dos Serviços Prestados

DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

EBIT – Earnings Before Interest and Taxes (Lucro Antes dos Juros e Impostos)

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

EPP – Empresa de Pequeno Porte

FC – Fluxo de Caixa

IBC – Instituto Brasileiro de Coaching

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto Sobre Serviços

LC – Lei Complementar

LB – Lucro Bruto

ME – Microempresa

MEI – Microempreendedor Individual

ROB – Receita Bruta de Vendas e Serviços

ROL – Receita Operacional Líquida

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 CONTABILIDADE FINANCEIRA: CONCEITO E ORIGEM	12
2.2 MICROEMPRESAS	15
2.2.1 Legislação Aplicável	17
2.2.2 Lei Geral das Microempresas	18
2.2.3 Simples Nacional: Estrutura de Tributação	20
2.2.4 Gestão Financeira	22
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO NAS MICROEMPRESAS	23
2.3.1 Fluxo de Caixa (FC)	24
2.3.2 Balanço Patrimonial (BP)	27
2.3.4 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)	29
2.3.5 Contabilidade aplicada à gestão organizacional	31
3 METODOLOGIA	34
3.1 TIPO DE PESQUISA	34
3.2 LOCAL DE ESTUDO E DADOS AMOSTRAIS DA EMPRESA	35
3.3 INSTRUMENTOS E/OU TECNICAS UTILIZADAS	37
3.4 ASPECTOS ÉTICOS	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 PERFIL DA PARTICIPANTE	39
4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	39
4.3 SUGESTÃO DE MODELO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	48
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de conclusão de curso – TCC, tem como tema: PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA MICROEMPRESA: Um estudo de caso na empresa Ápice Da Beleza de Itaituba/PA. O ambiente empresarial contemporâneo caracteriza-se por um cenário altamente competitivo e dinâmico.

No qual a capacidade de adaptação e organização financeira torna-se essencial para a sobrevivência e o crescimento das empresas, especialmente das microempresas. Nesse contexto, o planejamento financeiro surge como uma ferramenta indispensável de gestão, uma vez que permite ao gestor organizar, controlar e projetar suas finanças.

O objetivo geral desse estudo é avaliar a saúde financeira dos negócios por meio da aplicação de ferramentas de planejamento, evidenciando resultados positivos para a empresa, as informações obtidas através do planejamento são essenciais para manter o controle das finanças, fazendo assim bom uso dos recursos para criar uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas.

Além disso, visando crescimento e adaptação, pretende-se identificar práticas que possam ser adotadas para melhorar o desempenho financeiro, promovendo maior eficiência na gestão e fortalecendo a capacidade de mudanças diante do ambiente econômico.

A escolha do tema surgiu a partir da relevância que a gestão financeira exerce no desempenho e na sobrevivência dos pequenos negócios. Em um cenário econômico cada vez mais competitivo, torna-se fundamental que as microempresas adotem práticas que possibilitem maior controle e organização de seus recursos financeiros. Muitas organizações enfrentam dificuldades relacionadas à gestão financeira, principalmente pela ausência de planejamento estratégico, o que pode comprometer sua continuidade no mercado.

Dessa forma, esta pesquisa justifica – se na importância que a informação financeira e contábil tem como suporte para a tomada de decisões gerenciais, nesse sentido o planejamento financeiro apresenta –se como uma ferramenta de gestão indispensável para as necessidades e os desafios

financeiros, auxiliando nas decisões estratégicas, no controle das atividades e na busca de novos resultados.

As questões norteadoras são: como as microempresas são impactadas com um planejamento financeiro? Como estruturar um planejamento eficiente que contribua para o controle das finanças empresariais? Quais benefícios o microempresário percebe ao adotar um planejamento para sua empresa?

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e demais publicações relacionadas à gestão e ao planejamento financeiro. Posteriormente, foi conduzido um estudo de caso na microempresa Ápice da Beleza, localizada no município de Itaituba/PA, por meio da aplicação de um questionário estruturado à proprietária do negócio. Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter exploratório.

No que se refere a estrutura, este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, contemplando a contextualização do tema, a justificativa, os objetivos e as questões norteadoras da pesquisa. O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, reunindo conceitos relacionados à contabilidade financeira, microempresas, gestão financeira, planejamento financeiro e ferramentas de controle gerencial.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo. O quarto capítulo apresenta os resultados e as discussões obtidas a partir da pesquisa realizada na empresa Ápice da Beleza. Por fim, o quinto capítulo expõe as conclusões do estudo, destacando as principais contribuições da pesquisa e as considerações finais sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE FINANCEIRA: CONCEITO E ORIGEM

A Contabilidade Financeira é classificada, de forma clássica, com base nos estudos de Ludícibus (2015), que a define como um mecanismo informacional destinado à identificação, avaliação e divulgação dos eventos que afetam o patrimônio das organizações.

Segundo o autor, esse ramo da contabilidade decorre da demanda social por monitoramento dos recursos econômicos e pela necessidade de transparência perante os diversos públicos externos, tais como acionistas, financiadores e o poder público, consolidando-se como uma área científica indispensável ao embasamento das decisões de natureza econômica.

De acordo com a abordagem apresentada por Anthony e Reece (1989), a contabilidade financeira distingue-se, sobretudo, por seu foco no suprimento das exigências informacionais dos agentes externos à organização.

Os autores ressaltam que essa vertente tem como propósito central disponibilizar informações padronizadas e fidedignas a investidores, credores e entidades fiscalizadoras, possibilitando a análise da situação patrimonial e do desempenho econômico-financeiro das instituições.

No Quadro 1, apresentado a seguir, são expostas as principais características da contabilidade financeira conforme estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (2009).

Quadro 1 – Características da Contabilidade Financeira. Fonte: CFC (2009, p. 68).

OBRIGATÓRIA	É exigida por lei para a maioria das empresas, especialmente para fins fiscais, societários e regulatórios.
VOLTADA A USUÁRIOS EXTERNOS	- Governo (fisco) - Investidores - Credores - Bancos - Fornecedores
BASEADA EM NORMAS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	- Princípios Contábeis - Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) - CPC e IFRS (quando aplicável)
HISTÓRICA	Registra fatos já ocorridos, com base em documentos comprobatórios (notas fiscais, contratos, recibos etc.).
MENSURÁVEL EM MOEDA	Todos os registros são expressos em valores monetários (reais, no Brasil).
PADRONIZADA	Relatórios com formatos definidos, permitindo comparação entre empresas e períodos.

PERIODICIDADE DEFINIDA	Informações são apuradas e divulgadas em períodos determinados (mensal, trimestral ou anual).
ÊNFASE NO PATRIMÔNIO E NO RESULTADO	- Ativos - Passivos - Patrimônio líquido - Resultado (lucro ou prejuízo)
OBJETIVIDADE E CONFIABILIDADE	Dados comprováveis, reduzindo a subjetividade nas informações apresentadas.

A exigência de cumprimento das diretrizes contábeis encontra-se rigidamente estabelecida por princípios, normas técnicas e dispositivos legais, os quais garantem a padronização na preparação das demonstrações financeiras e possibilitam a análise comparativa entre organizações distintas e entre diferentes exercícios contábeis (GLAUTIER; UNDERDOWN, 2001).

Segundo Stickney, Weil e Schipper (2010), a utilização da unidade monetária como base de mensuração constitui um dos elementos fundamentais da Contabilidade Financeira. Os autores destacam que somente os fatos econômicos que podem ser expressos em valores monetários são registrados pelo sistema contábil, assegurando maior confiabilidade, uniformidade e coerência às informações apresentadas nos demonstrativos financeiros.

A ênfase no uso de registros baseados em acontecimentos passados também é apontada por Horngren, Sundem e Elliott (2004), os quais afirmam que a contabilidade financeira fundamenta-se, predominantemente, em eventos já concretizados, reconhecidos conforme critérios previamente definidos. Tal característica contribui para o aumento da credibilidade das informações apresentadas, ainda que, em determinadas situações, seja necessário recorrer a estimativas e ao julgamento profissional.

A regularidade na divulgação dos dados contábeis é ressaltada por Warren, Reeve e Duchac (2017). De acordo com esses autores, a segmentação da continuidade operacional das empresas em intervalos temporais possibilita a elaboração periódica de relatórios financeiros, permitindo o monitoramento contínuo dos resultados econômicos e da situação financeira da organização.

Para Marion (2018), o surgimento da Contabilidade Financeira está diretamente vinculado ao desenvolvimento das atividades mercantis e ao crescente grau de complexidade das estruturas empresariais. Com a expansão das organizações, tornou-se necessário adotar um sistema contábil

uniformizado que viabilizasse a comparação de desempenhos e a análise dos resultados econômico-financeiros, reforçando a natureza informativa e regulatória desse ramo da contabilidade.

A Contabilidade Financeira pode ser definida como a vertente contábil voltada à produção de dados relevantes e fidedignos destinados aos agentes externos à organização, observando diretrizes, regras e procedimentos amplamente reconhecidos, com a finalidade de demonstrar a condição patrimonial e os resultados econômicos alcançados pela entidade em um intervalo temporal específico (IUDÍCIBUS, 2015, p. 23).

O autor Iudícibus (2015) corrobora em consolidar a contabilidade financeira como um instrumento científico de comunicação econômica, enfatizando sua função social e informacional. O autor busca demonstrar que a padronização das práticas contábeis é fundamental para garantir transparência, comparabilidade e credibilidade às demonstrações financeiras apresentadas aos usuários externos.

A origem da contabilidade financeira está diretamente ligada à necessidade humana de controlar bens, riquezas e transações comerciais ao longo da história. Registros rudimentares já eram utilizados por civilizações antigas, como os povos da Mesopotâmia e do Egito, que anotavam trocas e estoques em tábuas de argila e papiros (MARION, 2018).

Na perspectiva internacional, Hendriksen e Van Breda (2012) abordam a origem da Contabilidade Financeira a partir da evolução do pensamento contábil e das demandas do mercado de capitais. Os autores ressaltam que o desenvolvimento das normas contábeis está intimamente ligado à necessidade de reduzir assimetrias informacionais, fortalecendo a confiança dos investidores nas informações divulgadas pelas entidades.

Hendriksen e Van Breda (2012, p. 45), relatam que:

A contabilidade financeira evoluiu como resposta às necessidades dos investidores e credores por informações padronizadas e verificáveis, capazes de apoiar decisões racionais em ambientes de incerteza econômica

O objetivo central do estudo de Hendriksen e Van Breda (2012) foi analisar a Contabilidade Financeira sob uma ótica teórica e normativa, evidenciando como seus conceitos foram moldados pelas exigências do

mercado e da regulação. Os autores procuram demonstrar que a evolução histórica da contabilidade está diretamente associada à busca por maior utilidade e relevância das informações financeiras.

No contexto brasileiro, Lopes e Martins (2014) destacam que a Contabilidade Financeira ganhou maior relevância a partir da convergência às normas internacionais, especialmente com a adoção do IFRS. Para os autores, essa transformação reforçou a origem econômica da contabilidade, aproximando-a dos usuários externos e ampliando seu papel como instrumento de governança corporativa.

A contabilidade financeira moderna é responsável por registrar e organizar as informações econômicas das empresas de forma clara e objetiva. Seu principal objetivo é demonstrar a situação financeira do negócio, auxiliando na tomada de decisões por parte dos gestores e demais interessados. Por meio de relatórios como o balanço patrimonial e a demonstração de resultados, é possível avaliar o desempenho da empresa ao longo do tempo (SILVA; OLIVEIRA, 2018).

Com o uso de tecnologias, a contabilidade financeira moderna se tornou mais ágil e eficiente. Sistemas informatizados permitem o registro automático das operações, reduzindo erros e facilitando o acesso às informações. Isso contribui para uma análise mais rápida e segura dos dados financeiros, permitindo que os gestores acompanhem melhor as atividades da empresa e tomem decisões mais assertivas (SANTOS; PEREIRA, 2019).

Além disso, a contabilidade financeira moderna segue normas e padrões que garantem a transparência das informações. No Brasil, essas normas são estabelecidas por órgãos reguladores e ajudam a tornar os dados comparáveis entre diferentes empresas. Dessa forma, a contabilidade também cumpre um papel social, ao fornecer informações confiáveis para investidores, governo e sociedade em geral (ALMEIDA; COSTA, 2020).

2.2 MICROEMPRESAS

As microempresas são definidas juridicamente no Brasil pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida como Lei Geral das Microempresas. De acordo com essa norma, considera-se microempresa

aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Essa classificação legal tem como objetivo diferenciar os portes empresariais para fins tributários, trabalhistas e de acesso a políticas públicas específicas, reconhecendo a relevância econômica das empresas de menor porte (BRASIL, 2006).

De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às micro e pequenas empresas e empresas de pequeno porte tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica (BRASIL, 2006, p. 1).

Sob a ótica econômica, as microempresas exercem papel fundamental no desenvolvimento nacional, especialmente por sua capacidade de geração de empregos e renda. Segundo dados amplamente divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas, essas organizações representam parcela expressiva do tecido produtivo brasileiro, estando presentes em praticamente todos os setores da economia. Essa capilaridade contribui para a descentralização do crescimento econômico e para a dinamização de economias locais (SEBRAE, 2022).

Além da classificação por receita bruta prevista na legislação, o SEBRAE também utiliza o critério do número de empregados para caracterizar as microempresas. No setor de comércio e serviços, são consideradas microempresas aquelas que possuem até nove empregados, enquanto, no setor industrial, o limite é de até dezenove trabalhadores. Esse critério complementar facilita análises estatísticas e a formulação de políticas de apoio mais direcionadas (SEBRAE, 2022).

Conforme destaca Degen (2009), do ponto de vista social, as microempresas são responsáveis por mais de um terço do total de pessoas empregadas em empresas privadas no Brasil. Esse dado evidencia a importância dessas organizações para a redução do desemprego e para a inclusão produtiva de diferentes camadas da população. O empreendedorismo de pequeno porte funciona como um importante mecanismo de mobilidade social e de absorção de mão de obra, especialmente em períodos de instabilidade econômica.

Para Chiavenato (2014), o reconhecendo essa relevância, o Estado brasileiro desenvolveu um conjunto robusto de políticas públicas voltadas ao estímulo das microempresas. A Lei Complementar nº 123/2006 prevê tratamento diferenciado e favorecido, incluindo simplificação tributária por meio do Simples Nacional, facilitação no acesso a mercados e redução de obrigações administrativas. Tais medidas são essenciais para aumentar a taxa de sobrevivência das empresas menores e fomentar um ambiente empreendedor mais equilibrado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha papel estratégico ao direcionar parte significativa de seus investimentos para microempresas. Linhas de crédito específicas, com taxas diferenciadas e prazos mais longos, buscam suprir dificuldades históricas de acesso ao financiamento. Esse apoio financeiro contribui diretamente para a modernização, inovação e expansão das empresas de menor porte, fortalecendo sua competitividade no mercado (BNDES, 2021).

2.2.1 Legislação Aplicável

Na ordem jurídica brasileira, a previsão de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte teve início com a Lei nº 7.256/1984, conhecida como Estatuto da Microempresa. A norma mais recente voltada especificamente a esse segmento é a Lei Complementar Federal nº 147/2014. Contudo, destaca-se que o principal diploma legal sobre a matéria é a Lei Complementar Federal nº 123/2006, a qual será analisada posteriormente (GRILLO, 2020).

Segundo Moreira (2015), o objetivo de concretizar os dispositivos da Constituição Federal de 1988 especialmente o artigo 179, que determina aos entes federativos a concessão de tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, visando à simplificação e celeridade de seus procedimentos — bem como de atender ao disposto no artigo 146, inciso III, alínea “d”, que autoriza a criação de regimes tributários diferenciados, foi editada a Lei Complementar nº 123/2006.

Posteriormente, outras leis complementares foram criadas para atualizar e ampliar os benefícios destinados a esse grupo empresarial. Entre elas,

destaca-se a Lei Complementar nº 147/2014, que trouxe melhorias importantes, principalmente no acesso ao mercado e na redução de burocracias. Essas mudanças ajudaram pequenos empreendedores a se formalizarem e crescerem com mais segurança. Assim, o governo buscou incentivar o desenvolvimento econômico por meio dessas empresas. (GRILLO, 2020).

Mesmo com a existência de várias normas, a principal legislação que trata do assunto é a Lei Complementar nº 123/2006. Essa lei é considerada o principal instrumento legal voltado às microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil. Ela organiza diversos benefícios, como a simplificação de tributos e a redução de obrigações administrativas. Por isso, é uma das leis mais importantes para o funcionamento desses negócios no país. (GRILLO, 2020).

A criação da Lei Complementar nº 123/2006 também está diretamente ligada à Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 179, o Estado deve oferecer tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Esse tratamento tem como objetivo facilitar a vida desses empreendedores, tornando os processos mais rápidos e simples. Dessa forma, a lei busca cumprir o que está previsto na Constituição. (MOREIRA, 2015).

Além disso, o artigo 146 da Constituição Federal permite a criação de regimes tributários diferenciados para essas empresas. Com base nisso, foi possível desenvolver sistemas mais simples de pagamento de impostos, como forma de incentivar a formalização. Isso contribui para o crescimento econômico e geração de empregos no país. Assim, a legislação procura equilibrar as oportunidades no mercado. (MOREIRA, 2015).

2.2.2 Lei Geral das Microempresas

A Lei Geral das Microempresas, instituída pela Lei Complementar nº 123/2006, representa um marco importante no incentivo aos pequenos negócios no Brasil. Ela foi criada para garantir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. Essa legislação busca reduzir desigualdades no mercado e estimular o empreendedorismo.

Além disso, contribui diretamente para a geração de emprego e renda no país. (BRASIL, 2006).

Um dos principais avanços trazidos pela lei foi a criação do Simples Nacional, que unifica o pagamento de diversos tributos em uma única guia. Esse sistema facilita o cumprimento das obrigações fiscais e reduz a carga burocrática enfrentada pelos empresários. Com isso, torna-se mais simples manter a empresa regularizada. Essa medida é fundamental para o crescimento dos pequenos negócios. (SILVA, 2018).

A simplificação dos processos de abertura e fechamento de empresas também é um ponto importante da Lei Geral. Antes, esses procedimentos eram demorados e complexos, desestimulando novos empreendedores. Com a nova legislação, esses processos se tornaram mais rápidos e acessíveis. Isso favorece a formalização e o desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2017).

Outro benefício relevante é o tratamento diferenciado nas licitações públicas. A lei garante que microempresas tenham mais oportunidades de participar de compras governamentais. Em alguns casos, há preferência ou exclusividade para esses empreendimentos. Isso fortalece os pequenos negócios e estimula a economia local. (OLIVEIRA, 2019).

A Lei Geral também promove melhorias no acesso ao crédito para microempresas. Muitos empreendedores enfrentam dificuldades para obter financiamento em instituições financeiras. Com políticas específicas, a legislação busca facilitar esse acesso. Isso possibilita investimentos e expansão dos negócios. (COSTA, 2020).

Além disso, a lei incentiva a capacitação e qualificação dos empresários. Programas de treinamento e apoio técnico são estimulados para melhorar a gestão dos negócios. Isso contribui para que as empresas se tornem mais competitivas no mercado. A qualificação é essencial para a sobrevivência das empresas. (ALMEIDA, 2016).

Outro ponto importante é a criação do Microempreendedor Individual (MEI), que facilita a formalização de trabalhadores autônomos. Esse modelo permite que pequenos empreendedores tenham acesso a benefícios previdenciários. Além disso, reduz custos e simplifica a legalização do negócio. Isso representa um avanço significativo na inclusão social. (FERREIRA, 2021).

A legislação também simplifica as obrigações trabalhistas e previdenciárias para os pequenos negócios. Isso reduz custos e torna mais fácil o cumprimento das exigências legais. Com menos burocracia, os empresários conseguem focar mais no crescimento de suas atividades. Essa simplificação é essencial para a sustentabilidade das empresas. (PEREIRA, 2015).

A Lei Geral das Microempresas tem grande importância para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ela cria um ambiente mais favorável para os pequenos negócios crescerem e se consolidarem. Ao incentivar o empreendedorismo, a lei contribui para a geração de empregos e renda. Dessa forma, fortalece a economia e promove inclusão social. (ROCHA, 2022).

2.2.3 Simples Nacional: Estrutura de Tributação

Para facilitar a vida desses empreendedores, foi criado o regime do Simples Nacional, que oferece um sistema de tributação mais simples e unificado. Esse modelo busca reduzir a burocracia e tornar mais fácil o cumprimento das obrigações fiscais. Assim, pequenos negócios conseguem se manter ativos no mercado. (BRASIL, 2006).

O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, com o objetivo de unificar diversos tributos em um único pagamento. Antes disso, os empresários precisavam pagar impostos separados, o que tornava o processo mais complicado. Com essa mudança, houve maior organização e praticidade. Isso incentivou muitos empreendedores a formalizarem seus negócios. (BRASIL, 2006).

A estrutura de tributação do Simples Nacional é baseada em tabelas chamadas de anexos, que variam conforme a atividade da empresa. Cada anexo possui alíquotas diferentes, que aumentam de acordo com o faturamento do negócio. Esse sistema é conhecido como progressivo, pois quem fatura mais paga mais impostos. Dessa forma, há maior equilíbrio na cobrança tributária. (SILVA, 2019).

Quadro 2 – Anexos do Simples Nacional 2026. Fonte: Receita Federal (2026).

ANEXO I	Comércio: Alíquota inicial de 4% (até R\$ 180 mil/ano).
ANEXO II	Indústria: Alíquota inicial de 4,5% (até R\$ 180 mil/ano).
ANEXO III	Serviços: Alíquotas começam em 6% (manutenção, agências de viagens, escritórios de contabilidade, etc.).
ANEXO IV	Serviços: Alíquotas começam em 4,5% (imobiliárias, serviços de limpeza, vigilância, advocacia), mas não inclui INSS no DAS.
ANEXO V	Serviços: Alíquotas começam em 15,5% (auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade).

O Anexo I é destinado às atividades de comércio, enquanto o Anexo II abrange as atividades industriais. Já os Anexos III, IV e V são voltados para a prestação de serviços, mas com diferenças entre si. Essas diferenças estão relacionadas ao tipo de serviço prestado e ao custo com mão de obra. Dessa forma, cada empresa é enquadrada no anexo mais adequado à sua atividade. (OLIVEIRA, 2018).

As alíquotas dos anexos são progressivas, ou seja, aumentam conforme o faturamento da empresa cresce. Isso significa que empresas com menor receita pagam menos impostos, enquanto aquelas com maior faturamento contribuem mais. Esse modelo busca garantir maior equilíbrio na cobrança tributária. Assim, o sistema se torna mais justo para os pequenos negócios. (COSTA, 2020).

Além disso, alguns anexos, especialmente os de serviços, podem variar conforme o chamado fator “R”. Esse fator considera a relação entre a folha de pagamento e o faturamento da empresa. Dependendo desse cálculo, a empresa pode ser tributada em um anexo diferente, com alíquotas menores ou maiores. Isso incentiva a geração de empregos e valoriza empresas que investem em mão de obra. (SANTOS, 2017).

Outro ponto importante é que o Simples Nacional reúne vários impostos em uma única guia, chamada DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Entre os tributos incluídos estão impostos federais, estaduais e municipais. Isso facilita o pagamento e reduz o risco de erros. Assim, o empreendedor ganha mais tempo para focar no crescimento da empresa. (OLIVEIRA, 2018).

As microempresas enquadradas no Simples Nacional possuem limite de faturamento anual, que atualmente é de até R\$ 360 mil. Esse limite define se a empresa pode permanecer nesse regime tributário. Caso ultrapasse esse valor,

o negócio pode ser reenquadrado como empresa de pequeno porte. Esse controle é importante para manter a organização do sistema. (COSTA, 2020).

Além da simplificação tributária, o Simples Nacional também reduz a carga de impostos em muitos casos. Isso acontece porque as alíquotas costumam ser menores em comparação a outros regimes. Essa redução ajuda na sobrevivência das microempresas, especialmente nos primeiros anos. Dessa forma, o regime se torna mais atrativo para novos empreendedores. (SANTOS, 2017).

Outro benefício importante é a diminuição das obrigações acessórias, ou seja, das declarações e documentos exigidos pelo governo. No Simples Nacional, essas exigências são mais simples e menos frequentes. Isso reduz a necessidade de processos complexos e custos com contabilidade. Assim, o empreendedor consegue administrar melhor seu negócio. (ALMEIDA, 2016).

A estrutura de tributação do Simples Nacional foi criada para promover o desenvolvimento das microempresas no Brasil. Ao oferecer condições mais justas e simplificadas, o regime incentiva a formalização e o crescimento dos pequenos negócios. Com isso, há aumento da geração de empregos e fortalecimento da economia. Portanto, o Simples Nacional é essencial para o sucesso das ME's. (PEREIRA, 2021).

2.2.4 Gestão Financeira

Para Coelho (2016), a gestão financeira é estruturada a partir de três pilares fundamentais: planejamento, organização e controle. A execução das ações planejadas fica sob responsabilidade dos setores financeiros e operacionais da empresa. Para o pequeno empreendedor, é essencial compreender os principais fundamentos da administração financeira, como a correta análise das demonstrações contábeis, a organização eficiente das contas a pagar e a receber e a escolha adequada das linhas de crédito.

Dominar os conceitos de finanças corporativas proporciona ao pequeno empresário um importante recurso de gestão. Devido à diversidade de teorias, ferramentas e características próprias dessa área, pode-se afirmar que o conhecimento e a aplicação das melhores práticas de gestão financeira são determinantes para fortalecer e expandir projetos de microempresas. Embora

essa diferença nem sempre seja facilmente perceptível em empresas de pequeno porte, ela é real e relevante (FERRONATO, 2015).

O Sebrae (2018, p. 215) também ressalta aspectos relevantes relacionados à gestão financeira, conforme apresentado a seguir:

Chamamos de gestão financeira o conjunto das ações e procedimentos administrativos relacionados com o planejamento, execução, análise e controle das atividades financeiras do pequeno negócio. Em palavras simples: obter o máximo de lucro (ou resultado) com nossas atividades. Para iniciar uma boa gestão financeira, o primeiro passo é tomar uma decisão importante: separar o dinheiro do pequeno negócio do dinheiro das despesas particulares (manutenção da família). É praxe misturar a Pessoa Física com a Pessoa Jurídica nos pequenos negócios. O caixa para pagar e receber é um só e isto atrapalha ou impede a gestão financeira do pequeno negócio (SEBRAE, 2018, p. 2015).

Dessa forma, a gestão financeira abrange os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos relacionados à circulação de recursos entre indivíduos, organizações e o poder público. Ela é compreendida como a ciência e a prática da administração de recursos financeiros, envolvendo a utilização de fundamentos econômicos e financeiros com o objetivo de ampliar a riqueza da empresa e elevar o valor de seus ativos (CHIAVENATO, 2020).

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO NAS MICROEMPRESAS

Inicialmente, o planejamento financeiro pode ser compreendido como uma ferramenta essencial de controle dentro das organizações. De acordo com Gitman e Zutter (2017), ele desempenha um papel fundamental nas operações empresariais ao oferecer diretrizes que orientam, integram e monitoram as ações, visando o alcance dos objetivos estabelecidos.

Nesse contexto, sua relevância se destaca ainda mais nas microempresas, pois contribui para melhorar a organização e o desempenho do setor financeiro, tornando as decisões orçamentárias mais seguras e eficientes.

Segundo Ferro, Paula e Oliveira (2014, p. 3), diz que:

Planejar consiste em antecipar decisões e estruturar ações futuras. Trata-se de organizar, de forma abrangente, as atividades da empresa desde a gestão até os níveis operacionais considerando também o ambiente externo. Em outras palavras, é desenvolver um

plano e definir os meios necessários para atingir os resultados desejados.

Dessa forma, torna-se indispensável que a organização estruture seus processos operacionais, estabelecendo um nível básico de controle. Isso possibilita uma coleta de dados mais precisa, que servirá de base para a geração de informações relevantes e para a definição dos próximos passos, alinhados ao planejamento financeiro.

Andreolla (2015) destaca que, à medida que a empresa realiza suas atividades, são geradas informações operacionais que permitem a construção de indicadores de desempenho e de ferramentas de acompanhamento gerencial, semelhantes a um painel de controle. Esse recurso orienta os gestores, indicando com clareza o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos com segurança.

A organização dos processos operacionais é essencial para garantir um controle eficiente das atividades empresariais. Esses dados são importantes para criar indicadores de desempenho, que ajudam a acompanhar os resultados e identificar possíveis melhorias. Além disso, ferramentas de controle gerencial funcionam como um apoio para os gestores, facilitando a visualização das informações e contribuindo para decisões mais seguras e alinhadas ao planejamento financeiro (ANDREOLLA, 2015).

Assim, o uso de instrumentos adequados torna-se indispensável, especialmente para os gestores que precisam tomar decisões estratégicas voltadas ao crescimento da organização. Entre essas ferramentas, destacam-se o Fluxo de Caixa (FC), o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que possibilitam uma análise mais clara da situação e da saúde financeira da empresa.

2.3.1 Fluxo de Caixa (FC)

O fluxo de caixa é um instrumento essencial para a gestão financeira das empresas, pois permite o registro detalhado de todas as entradas e saídas de recursos em um determinado período. A partir desse controle, torna-se possível compreender o comportamento financeiro do negócio, identificando quanto se recebe e quanto se paga, o que contribui para evitar imprevistos e

proporciona uma visão mais clara da situação econômica da organização (MARION, 2018).

Por meio da análise do fluxo de caixa, o gestor pode verificar se a empresa apresenta lucro ou prejuízo, observando a relação entre os valores que entram e saem do caixa. Essa visualização simplificada favorece o planejamento financeiro e a organização dos recursos, além de permitir a identificação de áreas com maiores gastos, auxiliando na tomada de decisões mais seguras e fundamentadas (GITMAN, 2010).

Outra contribuição relevante do fluxo de caixa está no controle do capital disponível, possibilitando à empresa avaliar se haverá recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros. Esse acompanhamento evita atrasos em pagamentos, reduz riscos de inadimplência e contribui para a manutenção das operações de forma equilibrada, sendo especialmente importante para a sustentabilidade de pequenos negócios (ASSAF NETO, 2020).

Além disso, o fluxo de caixa é uma ferramenta importante para o planejamento financeiro futuro, pois, com base nos dados registrados, é possível projetar períodos de maior ou menor disponibilidade de recursos. Essa previsão permite ao gestor se preparar para eventuais dificuldades, tornando a gestão mais estratégica e reduzindo a probabilidade de crises financeiras (PADOVEZE, 2016).

A atualização constante do fluxo de caixa é indispensável para garantir a confiabilidade das informações utilizadas na gestão. O registro frequente de todas as movimentações financeiras, inclusive de pequenos valores, assegura maior precisão nas análises e fortalece o processo decisório, contribuindo para uma administração mais eficiente e segura (CREPALDI, 2017).

Nesse contexto, observa-se que a atualização contínua do fluxo de caixa permite ao gestor acompanhar a real situação financeira da empresa, identificando antecipadamente possíveis dificuldades de liquidez e oportunidades de melhoria na gestão dos recursos. Dessa forma, o controle sistemático das entradas e saídas financeiras torna-se um instrumento essencial para o planejamento, a organização e a sustentabilidade do negócio.

Na imagem abaixo, designada figura 1, demonstrará um modelo de FC, com base no assunto acima explicado.

Figura 1 – Demonstrativo em Planilha do Fluxo de Caixa (FC)

Fato gerador	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.
Saldo Inicial							
Entradas							
1 Vendas à Vista							
1 Recebimento de Clientes							
Total das Entradas							
Saídas							
4 Impostos							
2 e 3 Compras à Vista							
2 e 3 Compras a Prazo							
4 Despesas Administrativas							
4 Despesas Comerciais							
4 Despesas Financeiras							
Total das Saídas							
Saldo Operacional							
Aumento de Capital							
Saldo Final							

Fonte: Cruz e Andrich (2013).

A tabela mostrada na figura 1 apresenta um modelo simples de fluxo de caixa. Segundo o autor, o item chamado “Recebimento de clientes” corresponde aos valores recebidos de vendas feitas a prazo. Já a tabela da figura 2 mostra, de maneira clara, como esse modelo foi preenchido com base em um estudo de caso.

Figura 2 – Demonstrativo em Planilha do Fluxo de Caixa (FC)

Fato Gerador	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.
Saldo Inicial	-2.450,00	159,00	86,00	2.616,00	7.106,00	5.066,00
Entradas						
Vendas à Vista	13.650,00	14.300,00	12.800,00	12.700,00	13.500,00	13.700,00
Recebimento de Clientes	125.460,00	122.850,00	128.700,00	115.200,00	114.300,00	121.500,00
Total das Entradas	139.110,00	137.150,00	141.500,00	127.900,00	127.800,00	135.200,00
Saídas						
Impostos	16.728,00	16.380,00	17.160,00	15.360,00	15.240,00	16.200,00
Compras à Vista	18.907,00	20.475,00	16.870,00	17.710,00	19.460,00	19.320,00
Compras a Prazo	76.296,00	75.628,00	81.900,00	67.480,00	70.840,00	77.840,00
Despesas Administrativas	17.745,00	18.590,00	16.640,00	16.510,00	17.550,00	17.810,00
Despesas Comerciais	5.460,00	5.720,00	5.120,00	5.080,00	5.400,00	5.480,00
Despesas Financeiras	1.365,00	1.430,00	1.280,00	1.270,00	1.350,00	1.370,00
Total das Saídas	136.501,00	138.223,00	138.970,00	123.410,00	129.840,00	138.020,00
Saldo Operacional						
Aumento de Capital		1.000,00				
Saldo Final	159,00	86,00	2.616,00	7.106,00	5.066,00	2.246,00

Fonte: Cruz e Andrich (2013).

O fluxo de caixa é uma ferramenta simples, mas muito poderosa. Ele contribui para a organização e o crescimento da empresa. Quando bem utilizado, ajuda a manter as finanças equilibradas. Além disso, facilita o alcance dos objetivos do negócio. Por isso, todo gestor deve dar atenção especial a esse controle.

2.3.2 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) é um dos relatórios contábeis mais importantes dentro de uma organização, pois apresenta sua situação financeira em um determinado momento. Segundo Marion (2012), esse demonstrativo funciona como uma fotografia da empresa, evidenciando seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, ele permite uma visão clara da posição financeira do negócio. Além disso, auxilia gestores no acompanhamento e controle das atividades econômicas.

De acordo com Ludícibus (2010), o Balanço Patrimonial é composto por três elementos principais: ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo representa tudo aquilo que a empresa possui ou tem a receber. Já o passivo corresponde às suas dívidas e obrigações. Por fim, o patrimônio líquido indica o valor pertencente aos sócios após a dedução das obrigações. Essa estrutura facilita a análise da situação financeira.

O equilíbrio entre esses elementos é fundamental para a saúde financeira da empresa. Conforme Assaf Neto (2014), o total de ativos deve ser sempre igual à soma dos passivos e do patrimônio líquido. Esse princípio garante a consistência das informações contábeis. Quando há desequilíbrio, pode indicar erros ou problemas na gestão financeira. Por isso, o BP é uma ferramenta essencial de verificação.

Além de apresentar a situação atual da empresa, o Balanço Patrimonial também serve como base para análises mais detalhadas. Segundo Gitman (2010), ele permite avaliar a liquidez, o endividamento e a estrutura de capital do negócio. Essas informações são importantes para o planejamento financeiro. Assim, os gestores conseguem tomar decisões mais seguras e estratégicas.

O BP também é amplamente utilizado por usuários externos, como bancos e investidores. De acordo com Padoveze (2011), esse demonstrativo é fundamental para analisar a credibilidade e a capacidade de pagamento da empresa. Um balanço bem estruturado transmite confiança ao mercado. Dessa forma, ele pode facilitar a obtenção de crédito e novos investimentos.

Conforme Travassos (2022), sua estrutura é composta pelos seguintes grupos de contas:

Quadro 3 – Relação Estrutural do Balanço Patrimonial. Fonte: Travassos (2022).

ATIVOS	PASSIVOS
ATIVOS CIRCULANTES	PASSIVOS CIRCULANTES
ATIVO NÃO CIRCULANTE • Ativo realizável a longo prazo • Investimentos • Imobilizados • Intangível	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO • Capital Social • Reservas de capital • Ajuste de avaliação patrimonial • Reservas de lucros • Ações em tesouraria • Lucros ou prejuízos acumulados

Os ativos representam todos os bens e direitos controlados por uma entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Eles incluem elementos como caixa, estoques, imóveis e valores a receber, sendo fundamentais para a manutenção e expansão das atividades empresariais. A correta classificação e mensuração dos ativos permitem uma visão clara da situação financeira da organização (IUDÍCIBUS, 2017).

Os passivos correspondem às obrigações presentes da entidade, resultantes de eventos passados, cuja liquidação implicará saída de recursos. São exemplos dívidas com fornecedores, empréstimos e tributos a pagar. A análise dos passivos é essencial para avaliar o nível de endividamento e a capacidade de pagamento da empresa (MARION, 2018).

Os ativos circulantes são aqueles que podem ser convertidos em dinheiro ou consumidos no curto prazo, geralmente até o final do exercício seguinte. Incluem caixa, contas a receber e estoques, sendo fundamentais para a gestão do capital de giro e da liquidez da empresa (ASSAF NETO, 2020).

Os passivos circulantes referem-se às obrigações que devem ser quitadas no curto prazo, normalmente dentro de um ano. Exemplos incluem salários a pagar, fornecedores e impostos. A adequada gestão desses passivos é essencial para evitar problemas de liquidez (GITMAN, 2010).

O ativo não circulante engloba bens e direitos com realização prevista para o longo prazo, além de investimentos permanentes e ativos utilizados nas operações da empresa. Essa categoria reflete a estrutura de longo prazo da entidade e sua capacidade de geração de valor contínuo (PADOVEZE, 2016).

O passivo não circulante reúne obrigações com vencimento no longo prazo, como financiamentos e debêntures. Esse grupo demonstra o nível de comprometimento financeiro futuro da entidade (BRAGA, 2015).

O patrimônio líquido representa a diferença entre ativos e passivos, evidenciando os recursos próprios da entidade. Ele reflete o valor residual pertencente aos sócios ou acionistas (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010).

A elaboração correta do Balanço Patrimonial é essencial para o bom funcionamento da organização. Conforme Marion (2012), a qualidade das informações contábeis influencia diretamente na tomada de decisões. Por isso, é importante que o BP seja atualizado regularmente e elaborado com dados confiáveis. Assim, ele se torna uma ferramenta indispensável para a gestão financeira eficiente.

2.3.4 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

De acordo com Bazzi (2014, p. 217-218), a estrutura fundamental da Demonstração do Resultado do Exercício inicia-se pelas receitas, das quais são deduzidos os custos, resultando no lucro bruto; posteriormente, ao subtrair as despesas e o imposto de renda, chega-se ao resultado final do período. Nesse contexto, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) configura-se como um instrumento contábil que evidencia, de maneira sistematizada, o desempenho econômico da empresa em determinado intervalo de tempo, indicando se houve lucro ou prejuízo.

Conforme destacam Barros e Dreon (2021, p. 77),

A apuração dos resultados segue o regime de competência, no qual receitas, custos e despesas são reconhecidos no período em que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento, permitindo um confronto adequado entre esses elementos.

Assim, os autores retratam que ao organizar informações como receitas, custos e despesas dentro da estrutura da DRE, obtêm-se indicadores relevantes que auxiliam gestores e demais interessados na análise do desempenho da empresa ao longo de seus ciclos operacionais.

Segundo o SEBRAE (2023), a DRE é composta por itens como Receita Total, Custos Variáveis, Margem de Contribuição, Custos Fixos, Resultado Operacional Líquido, Investimentos e Amortização, culminando no Resultado Final, sendo cada componente essencial para a correta interpretação das informações e para o suporte à tomada de decisões gerenciais.

Figura 3 – Organização da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

1 - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS - ROB
2 - (-) DEDUÇÕES
3 = RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - ROL
4 (-) CPV, CMV ou CSP
5 = LUCRO BRUTO - LB
6 (-) DESPESAS OPERACIONAIS
7 = EBITDA
8 (-) DEPRECIAÇÃO
9 (-) AMORTIZAÇÃO
10 = LUCRO OPERACIONAL OU EBIT
11 +/- RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
12 +/- DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
11 = LUCRO ANTES DO IR E CSLL
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(-) PROVISÃO PARA O IMPOSTO RENDA
12 = LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(-) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
13 = LUCRO LÍQUIDO RETIDO

Fonte: Barros e Dreon (2021, p. 78)

A figura 3 retratou a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com base na estrutura de organização da obra em questão. De acordo com o autor Barros e Dreon (2021, p. 78), abaixo irá demonstrar conceitos autoexplicativos sobre as contas DRE (quadro 3).

Quadro 4 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Fonte: Barros e Dreon (2021, p. 78).

Receita Bruta de Vendas e Serviços (ROB)	Corresponde ao total das vendas de produtos ou prestação de serviços realizadas pela empresa em determinado período, sem qualquer tipo de desconto ou dedução.
(-) Deduções	São valores que reduzem a receita bruta, como impostos sobre vendas (ICMS, ISS), devoluções, abatimentos e descontos concedidos aos clientes.
Receita Operacional Líquida (ROL)	É o valor efetivo que a empresa obtém com suas operações após a dedução dos impostos e outras reduções da receita bruta.
(-) CPV, CMV ou CSP	Representa o custo dos produtos vendidos (CPV), custo das mercadorias vendidas (CMV) ou custo dos serviços prestados (CSP), ou seja, os gastos diretamente ligados à produção ou aquisição do que foi vendido.
Lucro Bruto (LB)	Resultado obtido ao subtrair os custos (CPV/CMV/CSP) da receita líquida. Indica quanto a empresa ganha com sua atividade principal antes das despesas operacionais.
(-) Despesas Operacionais	Incluem gastos necessários para manter a empresa em funcionamento, como despesas administrativas, comerciais e com

	vendas.
EBITDA	Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Mede o desempenho operacional da empresa, desconsiderando efeitos financeiros e contábeis.
(-) Depreciação	Refere-se à perda de valor dos bens físicos (máquinas, equipamentos, etc.) ao longo do tempo devido ao uso ou desgaste.
(-) Amortização	Semelhante à depreciação, mas aplicada a ativos intangíveis, como softwares, marcas e patentes.
Lucro Operacional ou EBIT	É o lucro antes de juros e impostos, obtido após a dedução das despesas operacionais, depreciação e amortização.
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	Inclui receitas financeiras (juros recebidos) e despesas financeiras (juros pagos), mostrando o impacto das operações financeiras no resultado.
(+/-) Despesas/Receitas Não Operacionais	São ganhos ou perdas que não estão diretamente relacionados à atividade principal da empresa, como venda de ativos.
Lucro Antes do IR e CSLL	Resultado obtido antes da incidência dos tributos sobre o lucro, como Imposto de Renda e Contribuição Social.
(-) Contribuição Social (CSLL)	Tributo federal calculado sobre o lucro da empresa.
(-) Provisão para o Imposto de Renda (IR)	Valor estimado do imposto de renda que a empresa deve pagar sobre o lucro apurado.
Lucro Líquido do Exercício	Resultado final após todas as deduções, representando o lucro efetivo da empresa no período.
(-) Distribuição de Dividendos	Parte do lucro líquido distribuída aos sócios ou acionistas.
Lucro Líquido Retido	Parcela do lucro que permanece na empresa para reinvestimento ou formação de reservas.

Dessa forma, a DRE apresenta-se como um instrumento essencial para o gestor financeiro e para a administração no processo de tomada de decisões, contribuindo para o aprimoramento do desempenho organizacional. Isso ocorre porque esse relatório evidencia, de maneira clara e estruturada, as informações relativas a um determinado período, permitindo a análise contínua da situação econômica da empresa por meio da variação das receitas, custos e despesas.

Tal análise favorece a revisão de processos produtivos e operacionais, além de possibilitar a identificação da lucratividade do negócio e das áreas que demandam melhorias, orientando decisões de investimento mais eficientes e capazes de gerar retorno aos stakeholders (ASSAF NETO, 2020).

2.3.5 Contabilidade aplicada à gestão organizacional

A Contabilidade, ao registrar de forma sistemática todas as operações realizadas pela organização, configura-se como um amplo repositório de dados. Esses registros representam a base para a geração de informações e, por isso, não é suficiente apenas armazená-los; é fundamental que sejam

organizados e analisados tecnicamente, de modo a produzir informações relevantes e servir como ferramenta de apoio à gestão no processo de tomada de decisões empresariais (CHIAVENATO, 2000).

Segundo Marion (2009, p.29):

De forma evidente, os gestores não são os únicos usuários das informações contábeis. Os investidores, sejam eles sócios ou acionistas, que aplicam recursos financeiros na empresa, têm como principal objetivo a obtenção de retorno sobre o capital investido e, por esse motivo, recorrem aos relatórios contábeis para avaliar a rentabilidade do negócio. Os fornecedores que concedem crédito na venda de mercadorias utilizam essas informações para verificar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros. As instituições financeiras, por sua vez, condicionam a concessão de empréstimos à análise da situação econômica e financeira da organização, buscando assegurar sua capacidade de pagamento. O governo também se utiliza das informações contábeis para apurar os tributos devidos e verificar os valores arrecadados para os cofres públicos. Além desses, outros grupos demonstram interesse em conhecer a real situação da empresa, como os empregados, os sindicatos, os concorrentes, entre outros agentes envolvidos direta ou indiretamente com a organização (MARION, 2009, p. 29).

Com base nas contribuições de Marion (2009) acerca da Contabilidade, o gestor passa a dispor de melhores condições para analisar o desempenho do seu negócio, levando em conta possíveis cenários futuros. As informações contábeis auxiliam na definição de ações previamente planejadas, considerando diferentes contextos e alternativas, o que amplia as chances de êxito da organização.

Figueiredo e Caggiano (2008) conceituam o processo decisório como um conjunto ordenado de etapas que reflete a racionalidade adotada pelos gestores na busca por soluções mais adequadas aos problemas organizacionais. Os autores ainda destacam que a tomada de decisão consiste no processo de análise e seleção entre as diversas alternativas de ação disponíveis.

Dessa forma, compreende-se que o decisor está inserido em uma situação-problema, possui objetivos a serem alcançados, preferências individuais e adota estratégias para obter determinados resultados. Assim, ao dispor de informações contábeis, o gestor atua de maneira mais consciente, antecipando os possíveis impactos das decisões administrativas no processo de tomada de decisão (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008).

De acordo com Marcondes (2015), a gestão pode ser compreendida como o ato de assumir o controle de determinadas situações. Trata-se de um processo que envolve a definição e o direcionamento do caminho a ser percorrido para o alcance de metas e objetivos, abrangendo atividades como tomada de decisão, liderança, motivação, avaliação e análise.

No contexto organizacional, as funções que atribuem significado ao conceito de gestão abrangem diferentes áreas, como o planejamento das ações necessárias para o pleno funcionamento do sistema organizacional. Esse planejamento resulta no estabelecimento e no cumprimento de metas, objetivos e tarefas. Além disso, a gestão também se relaciona ao processo de condução de empresas, negócios ou instituições, com a finalidade de alcançar resultados positivos e desempenho satisfatório (IBC, 2019).

Do ponto de vista histórico, os conhecimentos ligados à administração remontam à Antiguidade Clássica, com registros atribuídos a Sócrates que evidenciam a relevância da capacidade de administrar bens, ainda que o conceito formal de administração, tal como é conhecido atualmente, não estivesse plenamente definido. Em contraste, o termo gestão deriva do conceito norte-americano de management, que ganhou maior notoriedade e difusão a partir da metade do século XX (DIAS, 2018).

Como forma de diferenciar os usos de cada conceito, Dias (2018) afirma que a gestão é mais adequada para ações relacionadas ao patrimônio privado, enquanto a administração se aplica de maneira mais apropriada ao âmbito do bem público. O autor também ressalta que ambos os conceitos são complementares e que, apesar de a gestão ser um termo mais recente, sua utilização vem se fortalecendo ao longo do tempo, uma vez que incorpora a administração como uma de suas funções essenciais.

Conforme Crepaldi e Crepaldi (2017), assim, a partir das contribuições dos autores apresentados, compreende-se que a gestão constitui um processo complexo e indispensável para a continuidade das organizações. Nesse sentido, torna-se fundamental que os conhecimentos relacionados à gestão estejam presentes em empresas de diferentes portes, a fim de promover melhores resultados e possibilitar o desenvolvimento organizacional com menores riscos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é a parte do trabalho acadêmico que explica, de forma clara e organizada, como a pesquisa foi realizada. Nela, são descritos o tipo de pesquisa, os caminhos seguidos e os métodos utilizados para coletar e analisar os dados. Ou seja, apresenta tudo o que foi feito durante o estudo. A metodologia está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa, pois mostra como as informações foram obtidas e trabalhadas.

Assim, pode-se dizer que ela é a “espinha dorsal” do trabalho, pois orienta todo o desenvolvimento e a organização dos dados importantes da pesquisa. Portanto, a metodologia é um elemento essencial em qualquer trabalho acadêmico, pois assegura credibilidade à pesquisa realizada.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Vergara (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em conteúdos previamente criados, composta, em sua maior parte, por publicações e trabalhos acadêmicos, e é fundamental para a coleta de dados essenciais a respeito dos elementos que se relacionam, de forma direta ou indireta, ao tema.

Para tanto, foi utilizado como método a abordagem qualitativa de natureza exploratória. No que se refere aos procedimentos utilizados neste trabalho estão os seguintes: em primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada em autores e obras teóricas retiradas de plataformas via web (google acadêmico, revistas, livros, etc.) que permitiu discutir e formular indagações sobre este campo de estudo.

Em segundo momento foi realizado uma pesquisa de campo que permitiu realizar coletas de dados através de 01 (um) questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas.

Garantir a qualidade de um questionário vai além da sua construção, sendo essencial também adotar o método de aplicação mais adequado. Além disso, é importante considerar outros fatores que podem influenciar a qualidade das respostas, como o local, horário e a interação entre o pesquisador e o respondente (GIL, 2019; BORTOLEZZO, 2020).

A pesquisa qualitativa é um método de pesquisa que busca compreender um fenômeno particular de maneira detalhada. Diferentemente de estatísticas, normas e outras generalizações, ela utiliza descrições, comparações e interpretações, torna-se mais envolvente e menos sujeita a controle (MINAYO, 2000).

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002). Isso permite obter informações mais reais e específicas, contribuindo para uma análise mais clara e alinhada com objetivos da pesquisa.

3.2 LOCAL DE ESTUDO E DADOS AMOSTRAIS DA EMPRESA

O estudo ocorreu na empresa de Ápice da Beleza sob seu CNPJ **53.364.184/0001-35**. Não possui loja ou empresa fixa para atendimento, apenas revenda de produtos em plataformas digitais (Instagram, Facebook e Whatzapp) (**@apicedabeleza_**, **apicedabeleza** e **(93) 99108-8365**) para delivery para toda região do Município de Itaituba, Estado do Pará.

Figura 4 – Logo Marca Digital da Empresa. Fonte: Marca Pessoal da Proprietária (2026).



Aline Serron de Sousa é proprietária de um negócio de vendas dos produtos Ápice e tem uma história inspiradora. No final de 2022, em seu processo capilar fez big chop e cortou toda a parte alisada dos seus cabelos, após mais de 10 anos usando química. No início, a mesma não sabia como cuidar do cabelo natural, mas decidiu aprender. Foi nessa fase que conheceu os produtos da Ápice e se apaixonou pelos resultados.

Como não encontrava na sua cidade, comprava tudo pela internet. Um dia, ao postar seus produtos nas redes sociais, várias meninas começaram a

demonstrar interesse. Com o incentivo do marido, ela decidiu começar a vender os produtos que usava. Assim nasceu seu negócio, que hoje cresce cada vez mais e já inclui outras marcas.

A empresa Ápice da Beleza orienta suas atividades a partir de uma missão centrada na oferta de produtos de alta qualidade, voltados ao cuidado, à saúde e à valorização da beleza natural, promovendo bem-estar e autoestima aos seus clientes. Seus valores refletem o compromisso com a excelência, o respeito à diversidade e a ética nas relações. A empresa se destaca pela busca contínua por inovação, assegurando a melhoria constante de seus produtos e serviços.

Figura 5 – Alguns principais produtos de revenda pela empresa Ápice da Beleza. Fonte: Autoria do autor (2026).



O faturamento mensal do negócio fica, em média, entre 5 e 6 mil reais. Esse valor varia conforme a demanda de pedidos e o movimento nas redes sociais, que são o principal canal de vendas. Mesmo sendo um negócio em crescimento, já apresenta uma renda estável, mostrando o potencial da empresa no mercado.

O sistema de controle de vendas da empresa Ápice da Beleza ainda é simples e feito por meio de planilhas, onde são registradas as entradas e saídas de dinheiro. No entanto, a empresa está em fase de criação de um sistema próprio e personalizado, que deve facilitar ainda mais a organização e o acompanhamento das vendas no dia a dia.

A rotina de vendas da empresa é bastante flexível, já que o atendimento é realizado de forma on-line. Não existe um horário fixo de funcionamento, pois a proprietária está sempre disponível para responder clientes e fechar pedidos.

quando necessário. Há um controle dos valores que entram e saem, além da organização dos documentos, como notas fiscais e recibos, que são armazenados e enviados ao contador para garantir o correto controle contábil e apoio na declaração do imposto de renda.

Atualmente, a empresa Ápice da Beleza não possui funcionários, sendo toda a gestão e atendimento realizados pela própria proprietária. Ela é responsável por todas as etapas do negócio, desde o contato com clientes até o controle financeiro, o que exige organização e dedicação para manter o funcionamento da empresa.

3.3 INSTRUMENTOS E/OU TECNICAS UTILIZADAS

Para a realização do presente estudo, foi enviado um questionário a proprietária da empresa Ápice da Beleza. A pesquisa foi aplicada e vivenciada no período do mês de março do ano de 2026, sendo aplicado 01 (um) questionário, voltado ao gestor/proprietário da empresa contendo 12 (doze) questões com perguntas abertas e fechadas, todas relacionadas ao tema geral em questão.

Segundo Carvalho (1998), questionário é um nome dado geralmente para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas pelo entrevistado, uma situação face-a-face ou online.

Os critérios de inclusão foi uma empresa que comanda e designa o controle da empresa de forma interna como serviços pessoais de sistema de planejamento financeiro e externa que é a venda através do atendimento e entrega do produto. Os critérios de exclusão foi empresa que não possuem controle de sistema, fazendo com que não possa extrair informações para a elaboração desta tese.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Em conformidade com essa legislação, a participação do entrevistado nesta pesquisa ocorreu somente após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento obrigatório que assegura que o indivíduo recebeu todas as informações relevantes sobre os

objetivos do estudo, os procedimentos adotados, os riscos e benefícios envolvidos, bem como seu direito de desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Além disso, a identidade e os dados pessoais do participante foram mantido em absoluto sigilo, seguindo as recomendações éticas e legais para preservação da confidencialidade e proteção das informações coletadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, os dados coletados por meio do questionário estruturado foram organizados em tabelas para facilitar a visualização e compreensão das informações. Essa organização permite uma análise mais clara dos resultados, ajudando a identificar pontos importantes e relacioná-los com o referencial teórico, tornando a interpretação mais objetiva e confiável.

4.1 PERFIL DA PARTICIPANTE

A participante da pesquisa é do sexo feminino, tem 27 anos e é graduada em Engenharia Civil. Na empresa em estudo, desempenha a função de gestora e proprietária, atuando no cargo há aproximadamente 2 anos e 2 meses, sendo responsável pela condução das atividades e tomada de decisões do negócio.

4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A coleta de dados foi realizada na empresa *Ápice da Beleza*, situada no município de Itaituba/PA. As informações foram obtidas por meio de um questionário impresso, composto por 12 questões, respondido pela representante da empresa. Em seguida, as respostas foram organizadas em tabelas, a fim de facilitar a análise e a compreensão dos dados obtidos.

Em relação a primeira questão, foi abordado o seguinte: Como você utiliza ou utilizaria as informações contábeis? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 1).

Quadro 5 – Informações contábeis

Resposta	Utilizo as informações contábeis para acompanhar o faturamento da empresa, controlar despesas, verificar lucros e tomar decisões mais seguras para o crescimento do negócio. Elas também ajudam na organização financeira e no cumprimento das obrigações fiscais.
-----------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

De acordo com resposta da participante as informações contábeis são fundamentais para o controle financeiro, análise de resultados e apoio à tomada de decisões nas organizações, contribuindo também para o

cumprimento das obrigações fiscais. Nesse sentido, segundo José Carlos Marion (2012), a contabilidade tem como principal finalidade fornecer informações úteis para a tomada de decisões, auxiliando no controle do patrimônio e na gestão eficiente das empresas.

Seguindo essa perspectiva, as informações contábeis são vistas como uma ferramenta essencial para o controle e a organização financeira da empresa, permitindo acompanhar o faturamento, controlar despesas e verificar os lucros. Além disso, contribuem para a tomada de decisões mais seguras e estratégicas, auxiliando no crescimento do negócio e no cumprimento adequado das obrigações fiscais da empresa.

No que se refere a questão dois, foi abordado o seguinte: Quais demonstrações contábeis são utilizadas no gerenciamento da empresa? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 2).

Quadro 6 – Demonstrações contábeis.

Resposta	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).
-----------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

De modo geral, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) são importantes porque fornecem uma visão clara da situação econômica e financeira da empresa. Enquanto a DRE evidencia o resultado das operações, a DFC demonstra a movimentação do caixa, permitindo melhor controle dos recursos. Assim, essas demonstrações auxiliam no planejamento, na organização e na tomada de decisões, contribuindo para a continuidade e o crescimento sustentável do negócio.

A atualização constante do fluxo de caixa é indispensável para garantir a confiabilidade das informações utilizadas na gestão. O registro frequente de todas as movimentações financeiras, inclusive de pequenos valores, assegura maior precisão nas análises e fortalece o processo decisório, contribuindo para uma administração mais eficiente e segura (CREPALDI, 2017).

Dessa forma, a DRE apresenta-se como um instrumento essencial para o gestor financeiro e para a administração no processo de tomada de decisões, contribuindo para o aprimoramento do desempenho organizacional. Isso ocorre porque esse relatório evidencia, de maneira clara e estruturada, as informações

relativas a um determinado período, permitindo a análise contínua da situação econômica da empresa por meio da variação das receitas, custos e despesas.

Tal análise favorece a revisão de processos produtivos e operacionais, além de possibilitar a identificação da lucratividade do negócio e das áreas que demandam melhorias, orientando decisões de investimento mais eficientes e capazes de gerar retorno aos stakeholders (ASSAF NETO, 2020).

Essas demonstrações auxiliam no planejamento financeiro, na identificação de problemas e na definição de estratégias para o crescimento e a sustentabilidade do negócio.

Na questão três, foi abordado o seguinte: Sua empresa costuma elaborar um planejamento financeiro? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 3).

Quadro 7 – Planejamento financeiro.

Resposta	Não.
-----------------	------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Conforme a resposta da participante, constatou –se que a empresa não elabora um planejamento financeiro formal, evidenciando uma fragilidade na gestão de sua empresa. A ausência dessa ferramenta compromete o controle eficiente dos recursos, dificultando a projeção de receitas e despesas, bem como a análise antecipada de possíveis cenários financeiros.

Podemos então verificar que as decisões tendem a ser tomadas de forma reativa, baseadas em situações imediatas, o que aumenta os riscos de desequilíbrio financeiro, endividamento e até mesmo de descontinuidade das atividades da empresa. Além disso, a falta de planejamento financeiro limita a capacidade da empresa de estabelecer metas, controlar custos e identificar oportunidades de crescimento.

O planejamento financeiro tem como objetivo orientar a empresa, determinando os meios pelos quais os objetivos econômicos poderão ser alcançados. Nesse sentido, o plano financeiro configura-se como uma previsão estruturada das ações a serem implementadas no futuro. Considerando que muitas decisões corporativas exigem tempo para sua execução, sobretudo em contextos de incerteza, é necessário que essas escolhas sejam avaliadas com antecedência significativa (LEMES JÚNIOR et al., 2018).

De modo geral, a falta de planejamento é um ponto negativo dentro de uma organização, pois dificulta e compromete o diagnóstico financeiro, deixando a empresa vulnerável ao mercado, devido não estar preparada para uma possível crise, aumentando assim seu risco de falência.

No que tange a questão quatro, foi abordado o seguinte: Caso sua empresa elabore um planejamento, qual a periodicidade? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 4).

Quadro 8 – Periodicidade.

Resposta	Não elabora.
-----------------	--------------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Em relação à periodicidade do planejamento financeiro, a gestora informou que a empresa não realiza a elaboração dessa ferramenta. Tal ausência evidencia uma lacuna na organização das práticas gerenciais, uma vez que a definição de uma periodicidade é fundamental para o acompanhamento contínuo das finanças.

A inexistência de planejamento periódico compromete a capacidade da empresa de monitorar seu desempenho econômico-financeiro ao longo do tempo, dificultando ajustes estratégicos e o controle eficiente dos recursos. Além disso, essa prática pode levar à tomada de decisões baseadas apenas em demandas imediatas, elevando os riscos de instabilidade financeira e reduzindo as possibilidades de crescimento sustentável.

O planejamento constitui um elemento essencial do gerenciamento organizacional, pois permite examinar o contexto interno e externo da empresa, estabelecer diretrizes estratégicas, projetar cenários futuros e coordenar as ações a serem desenvolvidas. Nesse contexto, atua como um instrumento de organização das atividades empresariais, possibilitando a previsão de resultados por meio de análises e estimativas, além de facilitar a avaliação das decisões antes de sua implementação (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2017).

A ausência de uma periodicidade no planejamento financeiro reforça a fragilidade na gestão, indicando a necessidade de implementação de rotinas sistemáticas que contribuam para maior previsibilidade e segurança nas decisões empresariais.

De acordo com a questão cinco, foi abordado o seguinte: Existe separação entre finanças pessoais e empresariais no processo de planejamento? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 5).

Quadro 9 – Separação entre finanças.

Resposta	Sim. Procuro manter separadas as finanças pessoais das finanças da empresa, utilizando controles diferentes para cada uma. Isso ajuda a ter uma visão mais clara dos resultados do negócio e evita confusão no controle financeiro.
-----------------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A adoção dessa separação é considerada uma boa prática de gestão, pois possibilita um controle mais eficiente dos recursos, além de facilitar o processo da tomada de decisão. Ao evitar a mistura de recursos empresariais e pessoais, a empresa reduz riscos de descontrole financeiro e garante maior confiabilidade nos dados utilizados para o planejamento.

No entanto, apesar desse aspecto positivo, é importante destacar que a separação, por si só, não substitui a necessidade de um planejamento financeiro estruturado, sendo fundamental que ambas as práticas estejam alinhadas para garantir a sustentabilidade e o crescimento do negócio.

O princípio da entidade é um dos princípios fundamentais da contabilidade e tem grande encorajamento para os empresários do comércio e para a gestão financeira de uma empresa. Esse princípio estabelece a necessidade de reconhecer o patrimônio da empresa do patrimônio pessoal dos seus sócios ou proprietário, tratando-os como entidades distintas (IUDÍCIBUS 2010).

De acordo com a questão seis, foi abordado o seguinte: A empresa realiza projeção de receitas e despesas antes de tomar decisões importantes? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 6).

Quadro 10 – Projeção de receitas e despesas.

Resposta	Sim. Antes de tomar decisões como comprar novos produtos ou investir em estoque, é feita uma análise das receitas e despesas para garantir que a empresa tenha condições financeiras para realizar o investimento.
-----------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Verifica-se que a empresa realiza a projeção de receitas e despesas antes da tomada de decisões relevantes, como aquisição de mercadorias e investimentos em estoque. Essa prática demonstra uma preocupação com o

equilíbrio financeiro e evidencia a utilização de mecanismos, ainda que básicos, de planejamento financeiro.

Entretanto, apesar desse aspecto positivo, é importante ressaltar que, na ausência de um planejamento financeiro formal e contínuo, tais projeções podem ocorrer de maneira limitada ou pontual, reduzindo seu potencial estratégico no processo de gestão.

Figueiredo e Caggiano (2008) conceituam o processo decisório como um conjunto ordenado de etapas que reflete a racionalidade adotada pelos gestores na busca por soluções mais adequadas aos problemas organizacionais. Os autores ainda destacam que a tomada de decisão consiste no processo de análise e seleção entre as diversas alternativas de ação disponíveis.

Em relação a questão 7, foi abordado o seguinte: O planejamento financeiro contribui para o controle do capital de giro? De que forma? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 7).

Quadro 11 – Controle de capital de giro.

Resposta	Não sabe.
-----------------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Não há clareza quanto à contribuição do planejamento financeiro para o controle do capital de giro, evidenciando uma limitação no conhecimento gerencial acerca dessa ferramenta. Essa ausência de entendimento pode comprometer a utilização eficaz do planejamento financeiro como ferramenta de apoio à gestão, especialmente no que se refere ao controle das disponibilidades de curto prazo.

Para Coelho (2016), a gestão financeira é estruturada a partir de três pilares fundamentais: planejamento, organização e controle. A execução das ações planejadas fica sob responsabilidade dos setores financeiros e operacionais da empresa. Para o pequeno empreendedor, é essencial compreender os principais fundamentos da administração financeira, como a correta análise das demonstrações contábeis, a organização eficiente das contas a pagar e a receber e a escolha adequada das linhas de crédito.

Ausência desse conhecimento por parte da gestora representa um ponto de atenção relevante, indicando a necessidade de maior capacitação gerencial

e adoção de práticas financeiras mais estruturadas, a fim de fortalecer a sustentabilidade e a eficiência da empresa.

De acordo com a questão oito, foi abordado o seguinte: O planejamento financeiro auxilia na prevenção de endividamento excessivo? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 8).

Quadro 12 – Endividamento excessivo.

Resposta	Não sabe.
-----------------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Não há conhecimento acerca da contribuição do planejamento financeiro na prevenção do endividamento excessivo, o que evidencia uma limitação na compreensão das ferramentas de gestão financeira por parte da gestora. Essa ausência de entendimento pode comprometer a adoção de práticas preventivas, fundamentais para o equilíbrio econômico da empresa. Sem essa visão, a organização pode recorrer a empréstimos ou financiamentos de forma inadequada, aumentando os custos financeiros e o risco de inadimplência.

De acordo com Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, ao se apossar desse recurso se estabelece um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária.

A falta de conhecimento sobre essa relação representa um fator de risco relevante, indicando a necessidade de aprimoramento das práticas gerenciais e maior utilização do planejamento financeiro como ferramenta estratégica para evitar o endividamento excessivo.

No que tange a questão nove, foi indagado o seguinte: Na sua opinião, qual é a importância do planejamento financeiro para a sobrevivência e crescimento da microempresa? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 9).

Quadro 13 – Importância do planejamento financeiro.

Resposta	O planejamento financeiro é essencial para a organização e crescimento da empresa. Ele permite tomar decisões mais seguras, controlar melhor os recursos e planejar investimentos que contribuam para o desenvolvimento do negócio.
-----------------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que não há uma aplicação efetiva do planejamento financeiro na empresa, o que reflete uma limitação na percepção acerca de sua importância para a sobrevivência e o crescimento organizacional. Essa ausência de prática evidencia uma fragilidade na gestão, uma vez que o planejamento financeiro é considerado uma ferramenta essencial para orientar as decisões e garantir a sustentabilidade do negócio.

O planejamento constitui um elemento essencial do gerenciamento organizacional, pois permite examinar o contexto interno e externo da empresa, estabelecer diretrizes estratégicas, projetar cenários futuros e coordenar as ações a serem desenvolvidas. Nesse contexto, atua como um instrumento de organização das atividades empresariais, possibilitando a previsão de resultados por meio de análises e estimativas, além de facilitar a avaliação das decisões antes de sua implementação (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2017).

A não aplicação do planejamento financeiro representa um fator de risco significativo, podendo comprometer tanto a sobrevivência quanto o crescimento da microempresa, o que reforça a necessidade de adoção de práticas gerenciais mais estruturadas.

Conforme a questão dez, foi indagado o seguinte: As decisões de investimento são baseadas em informações financeiras previamente planejadas? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 10).

Quadro 4 – Decisões de investimentos.

Resposta	Parcialmente.
-----------------	---------------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Verifica-se que as decisões de investimento são baseadas parcialmente em informações financeiras previamente planejadas, o que indica a existência de práticas gerenciais ainda incipientes e não totalmente estruturadas. Essa condição demonstra que, embora haja alguma preocupação com a análise financeira, o processo decisório não ocorre de forma plenamente sistematizada.

Inicialmente, o planejamento financeiro pode ser compreendido como uma ferramenta essencial de controle dentro das organizações. De acordo com Gitman e Zutter (2017), ele desempenha um papel fundamental nas operações

empresariais ao oferecer diretrizes que orientam, integram e monitoram as ações, visando o alcance dos objetivos estabelecidos.

A utilização parcial de informações planejadas pode limitar a qualidade das decisões, uma vez que a ausência de um planejamento financeiro completo e contínuo reduz a capacidade de análise de riscos, retorno e viabilidade dos investimentos. A adoção apenas parcial dessas práticas evidencia uma oportunidade de melhoria na gestão, sendo necessário o fortalecimento do planejamento financeiro como ferramenta central no processo de tomada de decisões, contribuindo para maior eficiência e sustentabilidade do negócio.

No que tange a décima primeira questão, foi indagado o seguinte: Qual o grau de importância que você, enquanto gestor da microempresa, atribui aos sistemas de informações gerenciais, aos relatórios contábeis e ao contador com enfoque gerencial para o planejamento financeiro e a tomada de decisões estratégicas do negócio? A participante respondeu da seguinte forma, (tabela 11).

Quadro 15 – Contador com enfoque gerencial.

Resposta	Muito importante – Contribuem significativamente para a gestão e organização financeira.
-----------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os sistemas de informações gerenciais, os relatórios contábeis e a atuação do contador com enfoque gerencial são considerados muito importantes para o planejamento financeiro e a tomada de decisões estratégicas. Segundo a participante, essas ferramentas contribuem significativamente para a gestão e organização financeira da empresa, evidenciando o reconhecimento da relevância das informações contábeis no contexto organizacional.

De maneira geral, constata-se que o profissional contábil desempenha uma função indispensável no gerenciamento das organizações, conforme amplamente discutido neste estudo com base na literatura selecionada. Entre suas atribuições mais relevantes destaca-se o suporte às decisões gerenciais, contribuindo para a eficiência, o crescimento e a continuidade das empresas,

possibilitando avanços mais consistentes sob a ótica econômico-financeira (FREZATTI, 2020).

Essa percepção demonstra um entendimento acerca da importância de utilizar dados estruturados para apoiar o processo decisório, possibilitando maior controle, transparência e eficiência na administração dos recursos. Os sistemas de informação e os relatórios contábeis permitem uma visão mais clara da situação econômico-financeira da empresa, favorecendo decisões mais seguras e fundamentadas.

Apesar de reconhecer a elevada importância dessas ferramentas, observa-se, a partir das respostas anteriores, que sua aplicação prática ainda ocorre de forma limitada, o que evidencia uma incoerência entre a percepção da gestora e a efetiva utilização desses instrumentos na gestão financeira. Tal cenário reforça a necessidade de maior alinhamento entre o conhecimento teórico e a prática gerencial, a fim de potencializar os resultados organizacionais.

Quadro 16 – Sugestão de planejamento financeiro.

Resposta	Sim, tenho interesse em receber.
-----------------	----------------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Essa pergunta é pertinente, pois permite verificar a receptividade do gestor à implementação de uma ferramenta prática de planejamento financeiro, alinhando-se ao objetivo de propor melhorias para a gestão da microempresa.

4.3 SUGESTÃO DE MODELO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Considerando que a empresa Ápice da Beleza é uma microempresa e possui uma estrutura administrativa simplificada, recomenda-se a adoção de um modelo de fluxo de caixa mais detalhado e atualizado diariamente.

Essa ferramenta permitirá à gestora acompanhar de forma precisa todas as entradas e saídas de recursos financeiros, proporcionando maior controle sobre o capital disponível e auxiliando no planejamento das atividades futuras.

Por se tratar de um negócio com faturamento relativamente baixo e sem funcionários, o fluxo de caixa pode ser elaborado inicialmente por meio de planilhas eletrônicas de fácil utilização, contendo informações como data da

movimentação, descrição, valor recebido, valor pago, saldo diário e saldo acumulado.

Esse controle possibilitará a identificação dos períodos de maior e menor fluxo financeiro, favorecendo a tomada de decisões relacionadas a compras de mercadorias, investimentos e controle de despesas.

Dessa forma, o fluxo de caixa torna-se uma ferramenta indispensável para a gestão da Ápice da Beleza, auxiliando a empresária no controle financeiro, na organização das informações e na tomada de decisões mais seguras e estratégicas para o desenvolvimento do empreendimento.

Tabela 1 – Controle Financeiro

Fato gerador		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.
Saldo Inicial								
Entradas								
1	Vendas à Vista							
1	Recebimento de Clientes							
Total das Entradas								
Saídas								
4	Impostos							
2 e 3	Compras à Vista							
2 e 3	Compras a Prazo							
4	Despesas Administrativas							
4	Despesas Comerciais							
4	Despesas Financeiras							
Total das Saídas								
Saldo Operacional								
Aumento de Capital								
Saldo Final								

Fonte: Cruz e Andrich (2013).

Segue em anexo o modelo de sugestão para auxiliar a gestora na melhor organização da sua empresa.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância do planejamento financeiro como ferramenta de gestão na microempresa Ápice da Beleza, localizada no município de Itaituba/PA, evidenciando sua contribuição para a organização, controle e tomada de decisões no ambiente empresarial.

Baseado no referencial teórico, identificou-se que o planejamento financeiro exerce papel fundamental na gestão das microempresas, uma vez que permite ao gestor ter uma visão mais clara da situação econômica e financeira do negócio. Por meio de instrumentos como o Fluxo de Caixa, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial, torna-se viável acompanhar o desempenho da empresa, identificar possíveis falhas e adotar medidas corretivas de forma assertiva.

Observou-se que a ausência de um planejamento financeiro estruturado pode comprometer significativamente a saúde financeira da empresa, dificultando o controle das despesas, a organização dos recursos e o alcance de metas. Por outro lado, quando aplicado de maneira eficiente, o planejamento financeiro contribui para a redução de riscos, melhoria na tomada de decisões e aumento das chances de crescimento e permanência no mercado.

As sugestões propostas demonstraram que o uso adequado das informações contábeis e gerenciais possibilita maior segurança nas decisões estratégicas, fortalecendo a gestão e promovendo maior competitividade para a microempresa. Nesse sentido, destaca-se que o planejamento financeiro não deve ser visto apenas como uma ferramenta operacional, mas como um instrumento estratégico indispensável para o desenvolvimento do negócio.

Conclui-se que o planejamento é essencial para o sucesso de microempresas, sendo responsável por gerir, organizar e auxiliar na definição dos objetivos a curto, médio e longo prazo. Este estudo contribui para a compreensão da relevância do planejamento financeiro no contexto das microempresas, podendo servir como base para futuras pesquisas e como orientação prática para empresários que buscam melhorar sua gestão financeira, para acadêmicos de contabilidade, administração, economia e profissionais em geral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José; COSTA, Maria. **Contabilidade financeira moderna**. São Paulo: Atlas, 2020.
- ALMEIDA, Ricardo. **Gestão de microempresas**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ANDREOLLA, Nadir. **Planejamento financeiro empresarial**. São Paulo: Atlas, 2015.
- ANTHONY, Robert N.; REECE, James S. **Accounting: text and cases**. **Homewood**: Irwin, 1989.
- ANTHONY, Robert N.; REECE, James S. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1989.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- BARROS, José; DREON, Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2021.
- BAZZI, Samir. **Contabilidade geral**. São Paulo: Pearson, 2014.
- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório anual**. Rio de Janeiro: BNDES, 2021.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- CILO, José. **Direito empresarial aplicado**. São Paulo: Saraiva, 2020.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2009.
- COSTA, Ana. **Gestão financeira para pequenas empresas**. São Paulo: Atlas, 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CRUZ, João; ANDRICH, Roberto. **Fluxo de caixa na prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: Pearson, 2009.

FERREIRA, Lucas. **Microempreendedor individual (MEI)**. São Paulo: Atlas, 2021.

FERRO, Roberto; PAULA, Ana; OLIVEIRA, Carlos. **Planejamento financeiro nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2014.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. **Princípios de administração financeira**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 7. ed. Harlow: Pearson Education, 2001.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, Brian. **Accounting theory and practice**. London: Pearson, 2001.

GRILLO, Fernando. **Direito empresarial para microempresas**. São Paulo: Saraiva, 2020.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; ELLIOTT, John A. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Pearson, 2004.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; ELLIOTT, John A. **Introdução à contabilidade financeira**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; FRADE, Carlos. **Regularização fiscal das pequenas empresas**. Lisboa: Áreas Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, André. **Direito empresarial moderno**. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Marcos. **Gestão tributária para microempresas**. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Paulo. **Licitações públicas e pequenas empresas**. São Paulo: Atlas, 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2016.

PEREIRA, João. **Empreendedorismo e pequenas empresas**. São Paulo: Atlas, 2021.

PEREIRA, João. **Gestão empresarial simplificada**. São Paulo: Atlas, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. São Paulo: Método, 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Simples Nacional**. Brasília: RFB, 2026.

ROCHA, Carlos. **Desenvolvimento de microempresas**. São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, Paulo. **Gestão de pequenas empresas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Paulo; PEREIRA, Lucas. **Contabilidade digital**. São Paulo: Atlas, 2019.

SEBRAE. **Demonstração de resultados**: guia prático. Brasília: SEBRAE, 2023.

SEBRAE. **Relatório anual das microempresas**. Brasília: SEBRAE, 2022.

SILVA, João. **Contabilidade aplicada**. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, João. **Tributação no Simples Nacional**. São Paulo: Atlas, 2019.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L.; SCHIPPER, Katherine. **Financial accounting**. Mason: Cengage, 2010.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2017.

TRAVASSOS, Henrique. **Estrutura das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2022.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; DUCHAC, Jonathan. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Cengage, 2017.

APÊNDICE

Apêndice A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
– TCC

Empresa: ÁPICE DA BELAZA

Proprietário: ALINE SERRON DE SOUSA

1. Como você utiliza ou utilizaria as informações contábeis?

2. Quais demonstrações contábeis são utilizadas no gerenciamento da empresa?

- a) (☐) Balanço Patrimonial
- b) (☐) Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)
- c) (☐) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
- d) (☐) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- e) (☐) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

3. Sua empresa costuma elaborar um planejamento financeiro?

- a) (☐) Sim
- b) (☐) Não

4. Caso sua empresa elabore um planejamento, qual a periodicidade?

- a) (☐) Diariamente
- b) (☐) Semanalmente
- c) (☐) Mensalmente
- d) (☐) Anualmente
- e) (☐) Não elabora

5. Existe separação entre finanças pessoais e empresariais no processo de planejamento?

6. A empresa realiza projeção de receitas e despesas antes de tomar decisões importantes?

7. O planejamento financeiro contribui para o controle do capital de giro? De que forma?

8. O planejamento financeiro auxilia na prevenção de endividamento excessivo?

9. Na sua opinião, qual é a importância do planejamento financeiro para a sobrevivência e crescimento da microempresa?

10. As decisões de investimento são baseadas em informações financeiras previamente planejadas?

11. Qual o grau de importância que você, enquanto gestor da microempresa, atribui aos sistemas de informações gerenciais, aos relatórios contábeis e ao contador com enfoque gerencial para o planejamento financeiro e a tomada de decisões estratégicas do negócio?

- a) () Extremamente importante – São fundamentais para o planejamento financeiro e para decisões estratégicas.
- b) () Muito importante – Contribuem significativamente para a gestão e organização financeira.
- c) () Moderadamente importante – Auxiliam na gestão, mas não são determinantes nas decisões.
- d) () Pouco importante – Têm pouca influência no planejamento e nas decisões da empresa.
- e) () Nada importante – Não influenciam o planejamento financeiro nem as decisões estratégicas..

12. Você aceitaria receber um modelo de sugestão de planejamento financeiro elaborado com base nas necessidades observadas da empresa, com o objetivo de auxiliar no controle e na gestão financeira do negócio?

- a) () Sim, tenho interesse.
- b) () Sim, tenho interesse em receber para análise futura.
- c) () Talvez, dependendo da estrutura e aplicabilidade do modelo.
- d) () Não tenho interesse no momento.
- e) () Não considero necessário para a empresa.